

Processo	01924-2006-148-03-00-9 RO		Ver	Ver	Ver
			Teor	Andamento	Sentença
Data de Publicação	23/09/2006	DJMG	Página: 16		
Órgão Julgador	Quarta Turma				
Relator	Luiz Otávio Linhares Renault				
Revisor	Convocado Vander Zambeli Vale				
Tema	JORNADA DE TRABALHO - PRORROGAÇÃO				

EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA - PRORROGAÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO PARA ALÉM DA PREVISÃO LEGAL - INOCORRÊNCIA DAS HIPÓTESES PREVISTAS EM LEI - Nos termos do artigo 61, da CLT, o trabalho

suplementar superior a duas horas diárias somente é permitido em caso de necessidade imperiosa, seja para fazer face a motivo de força maior, seja para atender à realização ou conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto. Essa norma é cogente, imperativa e traça os limites objetivos da duração da jornada de trabalho para além de uma prorrogação já tida e havida como extraordinária, restringindo-a a duas hipóteses, conforme se infere da norma supra mencionada. Dessa forma, afigura-se ilegal a exigência de trabalho além do referido limite do art. 59 - em número não excedente de duas por dia - quando demonstrado que o serviço executado não se reveste das características da necessidade imperiosa, seja: a) para fazer face a motivo de força maior; b) seja para atender à realização ou conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto. Imperioso significa o que é impreterível. Portanto, não é qualquer necessidade que autoriza a exigência do trabalho previsto nas alíneas a e b. Entende-se como força maior trabalhista todo acontecimento inevitável, em relação à vontade do empregador e para a realização do qual este não concorreu, direta ou indiretamente, sendo certo que a imprevidência empresarial exclui a razão de força maior. No caso, a previsibilidade do trabalho, absorvido pelo núcleo produtivo empresarial, afasta a idéia de força maior, inviabilizando o provimento do recurso quanto à pretensão de reforma da decisão proferida em Ação Civil Pública, manejada pelo Ministério Público do Trabalho, para cessar o comportamento patronal contrário à legislação trabalhista.

Processo	01362-2006-031-03-00-3 RO		Ver	Ver	Ver
			Teor	Andamento	Sentença
Data de Publicação	07/11/2007	DJMG	Página: 17		
Órgão Julgador	Oitava Turma				
Relator	Denise Alves Horta				
Revisor	Convocada Maria Cecília Alves Pinto				
Tema	AÇÃO CIVIL PÚBLICA - NATUREZA PREVENTIVA				

AÇÃO CIVIL PÚBLICA - NATUREZA PREVENTIVA - A ação civil pública direciona-se contra ilícitos praticados, mas, que, no entanto, originam fundados receios de sua continuação e repetição. Assim, a tutela requerida, via ação inibitória coletiva, reveste-se de natureza preventiva, com o fim jurisdicional precípua de impedir a propagação e a reincidência do procedimento contrário ao ordenamento jurídico pátrio. Nessa linha de interpretação, a doutrina de Rodolfo de Camargo Mancuso, no sentido de que "A tutela é concedida pelo receio em se considerar que algo mau vai acontecer, ou é provável que ocorra. A probabilidade é elemento necessário; não se pode recear o que não é possível, nem mesmo o que dificilmente aconteceria. O grau do provável é examinado pelo juiz, mas se ele mesmo tem dúvida, deve deferir o pedido de medida cautelar." (cit., in, "Ação Civil Pública na Justiça do Trabalho". Raimundo Simão Melo. 2a. ed., LTr, SP, p. 169/170). Desse modo, **para atender ao princípio da efetividade da jurisdição, realizando-se essa garantia constitucional, imprescindível a utilização de tutela inibitória (com meios coercitivos, como as "astreintes"), visando obstar a ocorrência ou a repetição do ilícito.**

FUNDAMENTAÇÃO:

(...) **Com a devida vênia da interpretação do juiz sentenciante, o número de autuações lavradas, bem como os fatos de que a última fiscalização referente à jornada de trabalho tenha sido realizada em 2004 e que as condutas desabonadoras do requerido não tenham se repetido nos anos de 2005 e 2006, não constituem óbices capazes de inviabilizar a concessão da tutela inibitória almejada.** A ação civil pública direciona-se contra ilícitos praticados, mas que, no entanto, originam fundados receios de sua continuação e repetição. **Assim, a tutela requerida, via ação inibitória coletiva, reveste-se de natureza preventiva, com o fim jurisdicional precípua de impedir a propagação e a reincidência do procedimento contrário ao ordenamento jurídico pátrio.** Com efeito, o Ministério Público do Trabalho pretende tutela inibitória, vale dizer, colima a condenação da ré a se abster de condutas que reputa ilícitas, sob pena de multa, para a proteção de direitos coletivos dos trabalhadores. Tem em mira, pois, a cessação do ilícito, o que se alcança, ordinariamente, pela tutela

inibitória, mediante a utilização de meios de coerção, como bem exemplifica. Tem em mira, pois, a cessação do ilícito, o que se alcança, ordinariamente, pela tutela inibitória, mediante a utilização de meios de coerção, como bem exemplificam as 'astreintes'. Como realçado, a ação civil pública serve como veio condutor desse objetivo, vale dizer, é adequada, é instrumento hábil para levar ao Judiciário a pretensão de que o ilícito não se repita e o jurisdicionado tem direito de buscar a jurisdição seja em virtude de ofensa ocorrida, que se repete ou que sequer ainda ocorreu, mas que pode ocorrer (veja-se que o inc. XXXV do art. 5o da CR/88 fala em 'lesão ou ameaça de direito'). De fato, se a Constituição assegura uma tutela efetiva, há de ser adequada, justa e em tempo razoável. Quando se depara com lesões que atingem uma coletividade, a melhor técnica de atuação é a coletiva, molecular, apropriada para enfrentar as lesões de massa, impondo-se evitar, 'concessa venia', o estreitamento dessa via de atuação mais adequada. **Logo, cabe, sim, ao Ministério do Trabalho fiscalizar o cumprimento dos preceitos cogentes trabalhistas (art. 626, CLT), mormente no que toca a direitos elementares e normas de saúde, higiene e segurança do trabalhador, mas essa linha de atuação administrativa não obsta o acesso ao Judiciário, inclusive quando se deduz pretensão de tutela inibitória, porque, do contrário, estar-se-ia negando jurisdição, em ofensa ao inc. XXXV do art. 5o da CR/88, que, como supra mencionado, não exige, nem mesmo, a efetiva lesão, contentando-se, acertadamente, com a ameaça de lesão, no que se insere, por certo, a tutela que visa a combater a repetição do ilícito. Se o inc. XXXV do art. 5o. da CR/88 assegura a jurisdição, inclusive quanto à ameaça de lesão, o sistema processual deve prever os meios para inibir a sua ocorrência e, de fato, o faz, possibilitando a cominação de multas, para impor conduta ou obstá-la, a exemplo do que se colhe do art. 11 da Lei 7.347/85 e do parágrafo 5o do art. 461 do CPC. Desse modo, para atender ao princípio da efetividade da jurisdição, realizando-se essa garantia constitucional, imprescindível a utilização da tutela inibitória (com meios coercitivos, como as 'astreintes'), visando a obstar a ocorrência ou a repetição do ilícito.** Na espécie, vale destacar a citação de Raimundo Simão Melo do comentário de Rodolfo de Camargo Mancuso, embasado em Pontes de Miranda, a saber: 'A tutela é concedida pelo receio em se considerar que algo mau vai acontecer, ou é provável que ocorra. A probabilidade é elemento necessário; não se pode recear o que não é possível, nem mesmo o que dificilmente aconteceria. O grau do provável é examinado pelo juiz, mas se ele mesmo tem dúvida, deve deferir o pedido de medida cautelar.' (In, "Ação Civil Pública na Justiça do Trabalho". 2ª ed., LTr, SP, p. 169/170). **Em vista de todo o exposto, há que se condenar a reclamada ao cumprimento das seguintes obrigações: a) abster-se de exigir dos seus empregados o cumprimento de jornada extraordinária superior ao limite máximo de duas horas diárias (artigo 59 da CLT), o trabalho durante o intervalo interjornada de 11 horas consecutivas (artigo 66 da CLT) e o labor em feriados nacionais e religiosos (artigo 70 da CLT) e b) conceder o descanso semanal de no mínimo 14 horas consecutivas (artigo 67 da CLT).** Tudo sob pena de multa de R\$10.000,00 (dez mil reais) por ato que caracterizar descumprimento das determinações contidas nas letras a e b, para cada empregado, reversível ao FAT e corrigida a partir do ajuizamento desta ação pelos mesmos índices aplicáveis aos créditos trabalhistas. A multa em comento encontra amparo no artigo 461, parágrafo 5º do CPC, e decorre da hipótese de descumprimento da determinação judicial relativa às obrigações de fazer e de não

fazer imputadas ao réu. Quanto ao valor arbitrado, entendo-o compatível, por ora, com a condição econômico/financeira do recorrido, mesmo porque, não há óbice à sua redução, na fase de execução, caso passe a ser excessiva, conforme parágrafo 6º, do art. 461 do CPC. Registre-se que a referida penalidade tem por objetivo compelir a parte ré ao cumprimento da obrigação na forma específica e, portanto, o seu estabelecimento não tem por escopo que o devedor arque com a apenação. Logo, para que se possa alcançar tal desiderato, impõe-se o seu arbitramento em valor expressivo. Do contrário, a estipulação perderia eficácia, pois o devedor não teria motivos consistentes para cumprir a obrigação principal. Provejo.” (grifos ausentes no original) **(TRT – 3ª Região, Processo RO 01362-2006-031-03-00-3, Oitava Turma, Relatora Desembargadora Federal do Trabalho Denise Alves Horta, julgado em 17.10.2007, DJMG do dia 07.11.2007, pg. 17).**

Processo	00831-2006-095-03-00-6 AP		Ver Inteiro Teor	Ver Andamento	Ver Sentença
Data de Publicação	15/03/2008	DJMG	Página: 14		
Órgão Julgador	Quinta Turma				
Relator	Lucilde D'Ajuda Lyra de Almeida				
Revisor	Convocada Adriana Goulart de Sena				
Tema	OBRIGAÇÃO DE FAZER - MULTA				

EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA. OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER DESCUMPRIDA. EXTRAPOLAÇÃO DA JORNADA ACIMA DO LIMITE LEGAL E NÃO CONCESSÃO DO INTERVALO INTRERJORNADAS. MULTA. NECESSIDADE IMPERIOSA. ARTIGO 61 DA CLT. NÃO CONFIGURADA. O crescimento das vendas e, consequentemente, da produção, mormente quando se dão acompanhando tendência anteriormente constatada no contexto empresarial, são fatos ínsitos ao empreendimento econômico (artigo 2o., da CLT) e não configuram nenhuma das situações excepcionais do artigo 61 da CLT, seja na modalidade de força maior (artigo 501 da CLT), que pressupõe acontecimento inevitável para o qual o empregador não ocorreu direta nem indiretamente, seja na modalidade de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízos manifestos ao empregador, que resultam de situações emergenciais ou causas acidentais e imprevisíveis. Verificado o descumprimento, injustificado, das obrigações estipuladas em acordo judicial, sendo reiterada a conduta de

exigência da extrapolação da jornada laborativa acima do limite legal e de não concessão do intervalo mínimo interjornadas, está autorizada a incidência de multa correspondente.

Processo	01021-2008-019-03-00-6 RO		Ver	Inteiro	Ver	Ver
			Teor		Andamento	Sentença
Data de Publicação	31/08/2009	DEJT	Página: 195			
Órgão Julgador	Sexta Turma					
Relator	Emerson José Alves Lage					
Revisor	Anemar Pereira Amaral					
Tema	AÇÃO CIVIL PÚBLICA - CABIMENTO					

01021-2008-019-03-00-6 RO

Data de Publicação: 31-08-2009
Órgão Julgador: Sexta Turma
Tema: AÇÃO CIVIL PÚBLICA - CABIMENTO
Relator: Emerson José Alves Lage
Revisor: Anemar Pereira Amaral

EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA - INFRINGÊNCIAS ÀS NORMAS ATINENTES AO LIMITE MÁXIMO DE HORAS EXTRAS DIÁRIAS, E AOS REPOUSOS INTER E INTRAJORNADA, E SEMANAL - CABIMENTO - LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - É cabível ação civil pública visando a obter tutela inibitória consistente em impor à empresa ré obrigação de se abster de violar as normas que estatuem limites ao sobrelabor diário, bem como a obrigatoriedade de concessão de repousos semanais a seus empregados. Na hipótese, o interesse cuja tutela é pretendida transcende o âmbito dos direitos meramente individuais e sua defesa em Juízo cabe ao Ministério Público do Trabalho que tem o dever institucional de "promover ação para a defesa de outros interesses individuais homogêneos, sociais, difusos e coletivos", conforme dita o artigo 6º, VIII, "a", da Lei Complementar 75/93.

Data de Publicação: 23-09-2006
Órgão Julgador: Quarta Turma
Tema: JORNADA DE TRABALHO - PRORROGAÇÃO
Relator: Luiz Otávio Linhares Renault

Revisor: Convocado Vander Zambeli Vale

EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA - PRORROGAÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO PARA ALÉM DA PREVISÃO LEGAL - INOCORRÊNCIA DAS HIPÓTESES PREVISTAS EM LEI - Nos termos do artigo 61, da CLT, o trabalho suplementar superior a duas horas diárias somente é permitido em caso de necessidade imperiosa, seja para fazer face a motivo de força maior, seja para atender à realização ou conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto. Essa norma é cogente, imperativa e traça os limites objetivos da duração da jornada de trabalho para além de uma prorrogação já tida e havida como extraordinária, restringindo-a a duas hipóteses, conforme se infere da norma supra mencionada. Dessa forma, afigura-se ilegal a exigência de trabalho além do referido limite do art. 59 - em número não excedente de duas por dia - quando demonstrado que o serviço executado não se reveste das características da necessidade imperiosa, seja: a) para fazer face a motivo de força maior; b) seja para atender à realização ou conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto. Imperioso significa o que é impreterível. Portanto, não é qualquer necessidade que autoriza a exigência do trabalho previsto nas alíneas a e b. Entende-se como força maior trabalhista todo acontecimento inevitável, em relação à vontade do empregador e para a realização do qual este não concorreu, direta ou indiretamente, sendo certo que a imprevidência empresarial exclui a razão de força maior. No caso, a previsibilidade do trabalho, absorvido pelo núcleo produtivo empresarial, afasta a idéia de força maior, inviabilizando o provimento do recurso quanto à pretensão de reforma da decisão proferida em Ação Civil Pública, manejada pelo Ministério Público do Trabalho, para cessar o comportamento patronal contrário à legislação trabalhista.